

Caso Juruna obriga Funai a rever lei e descobrir quem é ou não é índio

Brasília — A decisão de o Tribunal Federal de Recursos autorizar a ida do cacique Mário Juruna ao Tribunal Russel, em Roterdã, fez com que a Funai apressasse estudos sobre a responsabilidade civil do índio, com o intuito de definir a real extensão de sua tutela. O presidente do órgão, Coronel Nobre da Veiga, revelou que os estudos se preocupam basicamente em estabelecer critérios de indianidade — “precisamos saber quem é índio e quem não é” — e a possibilidade jurídica de integrar os índios individualmente, ex-officio.

Enquanto o presidente da Funai sustenta que o índio não perderá nada com a integração — “pelo contrário, ele ganhará a plenitude dos seus direitos civis” — o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, Padre Paulo Suess, acha que este estudo aguardava apenas um pretexto, como o caso Juruna, para se tornar público. “Essa emancipação com nova roupagem vem agora também como um castigo, por Mário ter ganho a causa no TFR” — disse o missionário.

Indianidade

Somente após o próximo dia 15, quando o Tribunal Federal de Recursos publicar o acórdão do julgamento do habeas corpus em favor do cacique Mário Juruna, o procurador da Funai, Afonso de Moraes, deverá se pronunciar sobre as alterações a serem introduzidas na Lei 6 001 — o Estatuto do Índio.

Estas alterações, segundo o estudo responsabilidade civil do índio, em elaboração pelo Conselho Indigenista da Funai — o mesmo que vetou a viagem de Mário Juruna — deverão incidir nos Artigos 4 e 9. No primeiro, que define considerações de índios como isolados, em vias de integração ou integrados, será inserido o “critério de indianidade”, que deverá englobar estes três parágrafos.

Estes dois artigos estão vinculados aos objetivos da Funai de integrar os índios mais aculturados enquanto desenvolve projetos comunitários entre os que ainda vivem em aldeamento. Assim, no Artigo 9, que trata da assistência ou tutela — “qualquer índio poderá requerer ao juízo competente a sua liberação do regime tutelar, investindo-se na plenitude de sua capacidade civil”, desde que possua mais de 21 anos, conhecimento da língua portuguesa, e seja apto para exercer atividade útil, poderá ser incluído um parágrafo possibilitando à Funai decretar, independente de solicitação, a sua integração ex-officio.

Andreazza não admite derrota do Governo

Vitória — O Ministro Mário Andreazza, do Interior, afirmou que a decisão do Tribunal Federal de Recursos, aprovando a viagem do cacique Mário Juruna à Holanda, não é uma derrota do Governo.

Segundo o Ministro, “não existe essa coisa de quem saiu perdendo ou ganhando. A decisão da Justiça é soberana e isso faz parte da democracia”.

Em relação às terras indígenas no Espírito Santo, o Ministro afirmou desconhecer os motivos pelos quais a Funai ainda não iniciou a demarcação das terras em Aracruz, onde estão os tupiniquins e guaranis que, diante da demora, iniciaram por conta própria a demarcação.

Tribunal deixou cacique chocado

Helôisa Rozendaal

Roterdã — “Eu fiquei muito bem chocado, achei muito esquisito que não é só o Governo brasileiro que vai contra a nação indígena”. Mário Juruna foi o último a falar na sessão final do quarto Tribunal Russell, domingo à tarde. A apresentação do relatório final dos grupos indígenas presentes e do veredicto do júri durou quatro horas, mas não trouxe surpresas.

Todos os acusados foram declarados culpados, “neste tribunal que não tem poder real de punição, mas que tem poder moral e muita influência na opinião pública”, como disse um dos jurados.

O mesmo jurado indica que o primeiro Tribunal Russell, que julgou os crimes cometidos contra o povo vietnamita pelo Governo dos Estados Unidos, está na origem do levantamento popular contra a guerra do Vietnã. O segundo, que lidou com a questão de tortura na América Latina, é o grande responsável pelas passeatas de protesto que acompanham a visita de cada autoridade latino-americana em visita à Europa nos últimos anos.

O norte-americano John Fire Lane Deer leu o documento final dos índios, contendo 16 recomendações que foram prontamente aceitas pelo júri e incorporadas ao seu próprio documento. Foi elogiado o trabalho do júri, das delegações presentes e das organizações que os apoiaram, lamentando-se apenas o oportunismo de alguns grupos que utilizaram a discussão da questão indígena para sua própria vantagem política.

Nova ordem

O mesmo Lane Deer improvisou em seguida um tocante discurso, onde situou as raízes do racismo na filosofia de Aristóteles, que por sua vez permitiu à geração de Colombo (“essa gente fará bons escravos”) considerar os nativos da América como não completamente humanos. Segundo ele, a situação do índio não mudou dos tempos de Colombo para cá. Mas acredita que o século XXI pode ser inaugurado “sob uma nova ordem, ditada não pela força, mas por leis internacionais e na convivência pacífica dos diferentes povos do mundo”.

Juruna que ouviu a tudo impassível e nunca aplaudiu, fez uma oração em seu idioma (com o nome de Jesus, no meio), a pé, por indicação do júri, e depois saiu falando em português por quase meia hora. “Eu cheguei atrasado aqui no tribunal da Holanda, então eu vou acrescentar e completar”. Ele não entende por que o Governo vai contra a nação. “Eu peço a vocês para me explicar como é que essa gente que estuda para ser marechal, sargento, essa gente é contra a nação indígena. Todos nós é a mesma carne, o preto, o moreno, a branca. Não dá para explicar como é que todo esse pessoal que recebeu batismo, general, missionário, gente branca que prega a palavra de Deus, é contra o índio. Eu acho que todo índio tem mais civilização que qualquer gente que vive na cidade. O índio não leva vingança para branco. O índio vive na sua terra, no seu lugar, sustentando a família. O índio é generoso, é bom, ele quer receber visita. Por que o branco não agradece o índio? Por que o rico, a multinacional, o prefeito, têm mais direito que o índio?”